



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

DISPUTAS, IDENTIDADE(S) E ALTERIDADE (S) NA CONFIGURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA MANGABA EM SERGIPE

Jailton de Jesus Costa

Geógrafo e Doutorando em Geografia/ UFS. Professor Efetivo do CODAP/UFS.

E-mail: jailton@ufs.br

Rosemeri Melo e Souza

Pós-Doutora em Geografia e Bolsista do CNPq. Professora Associada DGE/UFS e do NPGEU/UFS e PRODEMA/UFS.

E-mail: rome@ufs.br

RESUMO

A constituição identitária das mulheres coletoras de mangabas e de suas territorialidades plasmadas em profunda relação expressa na aparente antinomia coexistência/sobrevivência baseada na coleta (catação) dos frutos da *Hancornia speciosa*, espécie-símbolo sergipana é o foco deste trabalho. Procura-se discorrer sobre os mecanismos de constituição de uma identidade de resistência (CASTELLS, 2003) desse segmento social, mediante recurso a variadas formas das sociabilidades estabelecidas (MOTTA, et al., 2009) e das configurações sócio-territoriais empreendidas como estratégias do cotidiano (CERTEAU, 2006) pelas catadoras de mangaba que vivem e praticam sua atividade em Barra dos Coqueiros. Pelo fato desta atividade realizar-se em profunda dependência cíclica do estoque de natureza, estabelece-se um jogo identitário entre as catadoras e demais agentes envolvidos na apropriação dos frutos da mangabeira, com formas de negociação da alteridade das primeiras. Tal jogo reside na condição ambígua entre *dependência* da permissão de coleta dos frutos pelos donos das terras produtoras e na *independência* da catação e venda dos produtos pelas mulheres catadoras. A crescente escassez de acesso às mangabeiras, posto estas árvores estarem situadas em propriedades privadas e/ou em processo de apropriação por particulares, tais áreas produtoras da mangaba que não é espécie cultivada em Sergipe. Esse contexto de pesquisa evidencia um jogo indiciário, conforme Ginzburg (2001), que norteia a perspectiva metodológica deste trabalho e o estabelecimento das territorialidades, compreendidas enquanto relações existentes entre uma comunidade e seu patrimônio ecológico e sua herança social. Através de jornadas de campo e de abordagem etnográfica, depoimentos de catadoras de mangaba foram analisados para a demarcação das estratégias do cotidiano. Conclui-se que a territorialidade constituída no tensionamento entre a identidade de resistência e a alteridade de sua condição de catadoras, enquanto mulheres pertencentes a um segmento cuja atividade encontra-se fortemente constrangida nos territórios analisados aponta para intrincada teia relacional e de significados que enveredam entre *o ethos discursivo das mesmas, sobretudo das mais idosas catadoras* como pertencimento e as condições objetivas de manutenção desse segmento vivenciadas pelas catadoras mais jovens, pressionadas entre a sobrevivência e a possibilidade, cada vez mais remota, de coexistência ante condições



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

desfavoráveis à continuidade desta forma de exploração da mangaba como recurso de uso comum.

Palavras-Chave: **Identidade; Mangaba; Resistência; Sergipe; Territórios.**

1. Introdução:

Nos últimos anos, populações tradicionais de áreas de restinga e tabuleiros do Estado de Sergipe têm encontrado no extrativismo da mangaba uma alternativa de ocupação e de geração de renda (MOTA; SILVA JÚNIOR, 2003a), particularmente, após o declínio da coleta do caranguejo nos manguezais, quando houve um maior investimento nos remanescentes dessa cultura.

Tal investimento intensifica exploração da *Hancornia speciosa Gomes*, pois de acordo com Mota e Santos (2008), “num contexto de crescente pressão sobre os recursos tanto nas áreas de acesso comum como naquelas privadas nas quais os seus donos, apesar de permitirem o acesso das catadores, as utilizam, cada vez mais, para o cultivo de coqueiro, construção de infra-estruturas turísticas e viveiros de camarão”

Segundo Feeny, et al., (2001), podem ser identificados quatro regimes de direitos de propriedade, no âmbito dos quais, recursos de propriedade comum são manejados, e que devem ser considerados tipos analíticos ideais: a) o livre acesso; b) a propriedade privada; c) a propriedade comunal (ou comunitária); e d) a propriedade estatal (FEENY et al., 2001, p. 20).

Para Ostrom (1990, p. 90), a gestão de bens comuns, dentre eles, os recursos naturais, por longos períodos, baseia-se num arranjo institucional que, geralmente, é composto de vários elementos tais como: assembléia, negociação, decisão, acordo, regras, monitoramento, sanções e instâncias de fácil acesso para a resolução de conflitos (princípios de instituições de sistemas duradouros).

Os bens comuns, segundo Hardin (1968), correspondem aos bens comuns de livre acesso, que podem ser definidos pela ausência de direitos de propriedade precisos. Em consequência, muitos dos casos anteriormente identificados como de livre acesso devem ser enquadrados na categoria da propriedade comunal.

Esse tem sido o caso das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa Gomes*) no Nordeste, onde as catadoras de mangaba fazem a gestão comum do recurso. As catadoras são habitantes de áreas de restinga e tabuleiros, que têm



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

conseguido conservar os recursos ao longo dos anos, a partir de um manejo tradicional que alia o extrativismo da mangaba à coleta de produtos do manguezal, à pesca, à agricultura, ao artesanato e ao assalariamento no turismo. Trata-se de uma população que gerencia os recursos naturais há décadas (MOTA; SILVA JÚNIOR; SCHMITZ, 2005).

Numa perspectiva não muito diferente de Mermet (1992), Diegues (2001) fornece a idéia de uma gestão coletiva de bens comuns que se baseia na responsabilidade social. “Em maior ou menor intensidade, existe a noção de que os recursos compartilhados devem ser usados com parcimônia, pois deles dependem a reprodução social e simbólica do grupo” (DIEGUES, 2001, p. 98). “Estas formas tradicionais se revelaram adequadas para o uso sustentado dos recursos naturais durante longo período de tempo” e se basearam na “... existência de um conjunto de regras e valores consuetudinários, através da ‘lei do respeito’, e de uma teia de reciprocidades sociais... “ (DIEGUES, 2001, p. 120).

Com base no exposto acima, procurou-se, neste artigo, discorrer sobre os mecanismos de constituição de uma identidade de resistência das catadoras de mangaba, mediante recurso a variadas formas das sociabilidades estabelecidas a partir das configurações sócio-territoriais empreendidas como estratégias do cotidiano no município de Barra dos Coqueiros/SE.

2. Metodologia:

Procurou-se trabalhar com o método indiciário de Ginsburg, caracterizado pelo próprio autor (2003) como: o estudo indiciário são os fios que compõem um tapete com uma trama densa e homogênea. O tapete é o paradigma, o cientista é o tecelão; os elementos históricos, contextuais são as pistas que dão ao caçador instrumentos para chegar ao seu objetivo; não é rigoroso, porque este tipo de rigor não é só inatingível, mas também indesejável para as formas de saber mais ligado à experiência cotidiana; é utilizado em todas as situações em que a unicidade e o caráter insubstituível dos dados são, aos olhos das pessoas envolvidas, decisivos; é flexível e formas de saber mudas como faro, golpe de vista, intuição revelam um tipo de conhecimento em que entram em jogo elementos imponderáveis.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O estabelecimento das territorialidades, compreendidas enquanto relações existentes entre uma comunidade e seu patrimônio ecológico e sua herança social, através de jornadas de campo e coleta de depoimentos de catadoras de mangaba para a demarcação das estratégias do cotidiano.

Pesquisa bibliográfica para levantamento de dados secundários pertinentes ao tema a fim de atender aos objetivos do trabalho.

A pesquisa em questão é embrionária, visto que grande parte da análise, ora apresentada, ainda é calcada em referências, havendo, até o momento, sido realizados apenas 2 trabalhos de campo.

O campo de investigação, neste artigo, inclui as áreas de remanescentes de *Hancornia speciosa* Gomes (mangaba) no município de Barra dos Coqueiros/SE, nos povoados Jatobá, Olhos D'Água, nos quais, segundo Santos et al., (2006), o extrativismo da mangaba é uma das principais atividades e fonte de renda dos nativos.

3. Área de Estudo:

O município de Barra dos Coqueiros juntamente com Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro compõem a Grande Aracaju. O acesso ao município a partir de Aracaju se dá pela ponte Construtor João Alves Filho (1.800 metros de extensão) ou via embarcações pelo curso inferior do rio Sergipe.

Barra dos Coqueiros superou a marca dos 19.218 habitantes de acordo com a contagem de 2007 do IBGE e apresenta uma densidade demográfica de 224hab/km², taxa de urbanização de 85,1% por sua proximidade com a capital e 85,2% de população urbana. Entre 1991 e 2000 a variação populacional no município foi 103,9% (urbana) e - 50,2% (rural).

O município possui alguns povoados como Capuã, Touro, Olhos d'Água, Jatobá, Fleixeiras entre os outros, sendo o de Atalaia Nova o de maior representatividade por constituir-se numa área de lazer bastante procurada para fins turísticos.

O abastecimento d'água fornecido pela DESO (Companhia de Saneamento de Sergipe) em termos de qualidade é insatisfatório pelo alto teor de cloro e de sal. O esgoto sanitário de parte da sede municipal é escoado por um canal, "Córrego Guaxinim", atingindo o manguezal, a maré, e por fim o rio Sergipe. Fica evidente a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

inexistência de saneamento básico nos bares e restaurantes das praias do município.

Os problemas relacionados aos resíduos sólidos no município da Barra dos Coqueiros estão vinculados diretamente à disposição irregular dos mesmos em lixão à céu aberto entre o seu território e o de Santo Amaro das Brotas. Este tipo de atitude acarreta maiores custos com a coleta e também maiores prejuízos ao meio ambiente.

A atividade de carcinicultura ocupa áreas de mangue no município, e devido a falta de manejo adequado esta atividade se constitui num fator degradante pela retirada da vegetação desse sistema ambiental.

Considerando-se a situação atual do litoral sergipano, o território desse município encontra-se delimitado no segmento de orientação sudoeste-nordeste, no setor litorâneo, pelo oceano Atlântico e, no interior pelo rio Pomonga, que o separa do município de Santo Amaro das Brotas. Ao norte, no segmento oeste-leste, o rio Japarutuba constitui o limite entre este município e Pirambu e, a oeste, no segmento norte-sul, o rio Sergipe o separa da Capital do estado, Aracaju.

4. O Extrativismo e o Papel da Mulher na Gestão Coletiva

A existência de diferentes usos dos recursos naturais, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, estimula uma análise mais detalhada das relações entre os diversos grupos existentes no espaço rural e a natureza. Para discutir a questão sugerida, reconhecem-se, a priori, quatro posições evidenciadas na literatura. Na primeira, a cultura, os modos de fazer e o saber estão no centro da análise (SCHMITZ; et al., 2009). O sentido da existência das populações tradicionais no contexto global é valorizado, sendo esses povos considerados como produtores de saberes e formas de manejo a eles pertinentes, essenciais na preservação da biodiversidade (CASTRO, 1997, p. 165). Ou seja, é um tipo de grupo social que se identifica como um agente do processo de desenvolvimento sustentável que tem baixo impacto sobre o meio ambiente e é visto desta maneira pelo resto da sociedade (ALMEIDA, 2000).

Na segunda, a dificuldade de acesso ao mercado, a baixa densidade dos recursos em muitos casos, a produção imprevisível de frutos, a perecibilidade dos produtos, dentre outros aspectos indicados, colocam as populações extrativistas em desvantagem



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

quando comparadas a outros grupos que têm a possibilidade de regularidade da oferta e de controle da qualidade do produto (cor, tamanho e sabor) no momento da venda.

De acordo ainda com Schmitz (et al., 2009), pode-se mencionar como terceira tendência o novo conceito de neoextrativismo, proposto por Rêgo (1999), que:

abrange todo uso econômico dos recursos naturais não conflitante com o modo de vida e a cultura extrativista. No sentido econômico, neoextrativismo é a combinação de atividades estritamente extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento imersas no ambiente social dominado por essa cultura singular.

Como quarta posição destaca-se a de Homma (1990, 1993), que aponta a inevitável extinção da atividade, afirmando que:

Apesar de se tratar de recursos naturais renováveis, o que permitiria sua extração *ad infinitum*, em termos potenciais, são evidenciadas na evolução de sua extração três fases distintas: expansão, estagnação e declínio. Dentre as causas endógenas que levam ao desaparecimento da atividade extrativa estão: 1) aquelas inerentes à extração do recurso em si, dado o desequilíbrio na taxa de regeneração; 2) o processo de domesticação; e 3) o desenvolvimento de substitutos industriais, dada a incapacidade do setor extrativo em atender à demanda crescente. O estudo aponta também variáveis exógenas ao processo extrativo: a expansão da fronteira agrícola e o crescimento populacional que, por requererem maior demanda de terras, destroem a base extrativa, independentemente de sua rentabilidade (HOMMA, 1990, p. 5).

Acrescenta ainda:

O extrativismo vegetal constitui uma base de desenvolvimento de vulto bastante frágil, que se justifica mais pelo nível de pobreza dos seus habitantes e do mercado de mão-de-obra marginal. Trata-se de uma economia moribunda, cuja tendência inevitável é seu desaparecimento, à medida que o mercado desses produtos fosse crescendo (...) o que vai acabar com a economia extrativa (...) [é] a economia do mercado. ... Qualquer tentativa de apoio ao extrativismo vegetal seria mais no sentido de prolongar essa agonia (HOMMA, 1993, p. 8).

De maneira geral, enfatiza Schmitz; et al., (2009) que o acesso aos remanescentes de mangabeiras pode se dar a partir de quatro diferentes formas:

- a) Extrativismo em áreas comuns de livre acesso, que podem ser tanto áreas privadas quanto áreas devolutas (ausência de direitos de propriedade bem definidos) ou estatais (por exemplo, nas esferas nacional, estadual e municipal);



- b) Extrativismo em áreas privadas de acesso restrito, onde o acesso ocorre apenas com a permissão do proprietário ou da pessoa responsável, como o caseiro;
- c) Extrativismo em áreas privadas através da meia (com caseiros e conhecidos) e do arrendamento; e
- d) Extrativismo em áreas de propriedade comunitária sob gestão conjunta de um grupo definido.

O cerne das disputas são as plantas (mangabeiras), nas quais as catadoras praticam o extrativismo e que, a despeito da crescente valorização da sua fruta (mangaba) no mercado regional de polpas e sorvetes, têm sido cada vez mais cortadas em decorrência da crescente urbanização das áreas, constituição de pólos de lazer e turismo, instalação de viveiros de camarão e cercamento das áreas pelos proprietários e posseiros de terra para impedir uma atividade realizada há mais de dois séculos. Com isso, instauram-se uma sucessão de conflitos com ameaças de morte e uso de diferentes instrumentos para intimidação de ambas as partes.

São raros os estudos sobre trabalho e gênero no extrativismo, provavelmente porque há três décadas o extrativismo parecia fadado a desaparecer por causa da concorrência dos produtos sintéticos, das redes arcaicas de comercialização, da imagem negativa da atividade associada à destruição dos agroecossistemas e da tendência de tecnificação dos processos de trabalho no espaço rural (HOMMA, 1993; MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2007).

Apesar dos recentes investimentos acadêmicos, o trabalho das mulheres ainda é pouco conhecido, como comprovam as insistentes iniciativas de lembrar a sua importância na vida das mesmas, para torná-las mais visíveis e valorizadas. Colabora com este pouco conhecimento o fato de que as categorias habituais de análise econômica e social, durante muito tempo, omitiram ou negaram as atividades femininas ou as associaram exclusivamente a um universo particular denominado “os trabalhos das mulheres”, marcados por um grande número de estereótipos que escamoteiam capacidades adquiridas socialmente (MOTA, et al., 2008).

De acordo com os mesmos autores, no debate sobre o extrativismo nos tempos atuais, o cotidiano de mulheres, homens e crianças catadores de mangaba (fruta nativa dos tabuleiros, restingas e cerrados, de excelente sabor e de alto valor comercial no litoral do Nordeste) foi estudado no Nordeste brasileiro segundo um olhar que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

privilegiou a divisão social do trabalho nos diferentes espaços (casa/campo) e atividades (coleta, pós-coleta e comercialização).

Para Mota e Santos (2008), ainda na organização do trabalho, os papéis de homens e mulheres são diferenciados na socialização das crianças, cabendo aos dois a transmissão dos saberes e práticas acumuladas em cada atividade considerada inerente ao gênero. A socialização funciona como um reforço aos papéis de homens e mulheres associados a pesado e leve, público e privado.

Para as mesmas autoras, independentemente da idade da catadora, o cuidado que se tem com a planta é visível em todas as atividades, evitando-se a quebra de galhos e o extrativismo predatório. Há, também, preocupação em conservar as plantas existentes e em favorecer a dispersão dos frutos pelos animais e/ou produção de mudas, garantindo, assim, a reprodução desse patrimônio para as gerações futuras. Para essas mulheres, o extrativismo da mangaba representa, simultaneamente, uma importante fonte de renda e de reconhecimento social.

No geral, as mulheres se diferenciam dos homens quanto aos papéis de cada um na conservação dos remanescentes. Supervalorizam as suas atribuições em detrimento da dos homens, que, segundo elas, não têm agilidade nem destreza para as atividades de colheita e pós-colheita -- a fruta, quando madura, é muito delicada e estraga facilmente com o manuseio inadequado. Não estaria implícita nessa crítica uma tentativa de garantia de posições conquistadas diante da crescente tendência de valorização da mangaba? (MOTA; SANTOS, 2008).

O jogo da alteridade revela-se na perspectiva do trânsito identitário que permeia a relação das catadoras entre si e destas com os homens envolvidos, ainda que parcialmente, no ciclo extrativo da mangaba, na medida em que estas mulheres assumem a preponderância da realização das atividades. Todavia, tal jogo não implica uma conquista efetiva de liderança pelas catadoras, pois muitas realizam suas atividades sujeitas à ação de atravessadores, isto é, há indícios de atuação de agentes que intermediam a comercialização dos frutos, proporcionando pagamentos irrisórios (cerca de R\$3,00 por cada dez quilos de frutos coletados) à época dos trabalhos de campo. De modo adicional, o atravessador que retribui um pouco melhor a coleta atua em



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

intervalos que superam, em muitos casos, o tempo de maturação dos frutos, obrigando as catadoras à venda pelos preços mais desfavoráveis.

Desse modo, dificilmente o espelhamento e alteridade serão favorecidas entre este segmento social, dado este condicionante desfavorável de sua reprodução social, fato denotativo do desejo de abandono da atividade pelas catadoras adolescentes.

Outro aspecto limitador da gestão coletiva das mulheres na atividade de coletoras da mangaba reside no fato de que não há nenhuma esfera organizativa da venda da produção por parte das mesmas. Essa ausência resulta no enfraquecimento da identidade de resistência das catadoras face à limitações de negociação, na esfera do jogo identitário, dos territórios e das estratégias de controle/gestão da produção.

Para Schmitz; et al., (2009), no caso específico do extrativismo da mangaba, as regras encontradas entre as catadoras, especialmente para as áreas comuns, são as seguintes:

- 1) Todos podem catar mangaba;
- 2) Respeitar as cercas;
- 3) Não quebrar galhos;
- 4) Não catar frutas verdes;
- 5) Não tirar leite da mangabeira;
- 6) Não cortar mangabeiras; e
- 7) Não catar no mesmo pé quando já tiver alguém catando.

O predomínio das mulheres na atividade pode ser explicado pelo fato de que até os anos 80, a utilização de frutas nativas, ainda não era muito valorizada e, por esse motivo, destinavam-se ao consumo familiar e, apenas em pequenas quantidades, eram comercializadas. Por serem sazonais, não representarem volumes expressivos e não demandarem investimentos e recursos tecnológicos não constava no elenco das culturas comerciais, e por isso, os recursos obtidos com a sua venda se destinavam a suprir necessidades esporádicas, como uma roupa ou sapato para uma festa ou para o lazer. Ou



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

seja, um extra para os diferentes membros da família que se dedicassem ao extrativismo considerando que a fruta ainda não era tão intensamente vinculada ao mercado (MOTA, 2009).

RESPONSÁVEL	ATIVIDADE
Homens	Cuidam da cultura do coco, trabalham de enxada na produção de roças de feijão de corda, de quiabo, de melancia e de maxixe.
Mulheres	Cuidam da casa, é responsável pela reprodução das plantas, colheita, armazenamento e comercialização da mangaba, do caju, da manga e do murici. Ajudam no período de colheita da roça.
Crianças	As meninas ajudam as mães em todas as suas atividades (casa e campo) e os meninos acompanham os pais na roça e auxiliam as mães no campo na colheita da mangaba.

Fonte: Mota; Santos, 2008.

Nessa divisão social de trabalho, as crianças (meninos ou meninas), em geral, acompanham as suas mães, quando não estão na escola. Está embutida nessa prática tanto a usual “ajuda” quanto o controle para que não fiquem “aprontando por aí”. À medida que crescem, no entanto, os meninos afastam-se e passam a acompanhar mais o pai. Recentemente, no entanto, constatamos muitos casos nos quais os jovens rejeitam participar do trabalho dos pais e ficam em casa assistindo à televisão, andando pela vizinhança ou realizando pequenos serviços nas áreas de turismo mais intenso. Esse tema tem sido abordado recorrentemente pelos pais entrevistados, que constatarem uma ruptura do padrão tradicional de socialização profissional e também do comprometimento com a continuidade da atividade, já agravada pela crescente diminuição e privatização dos recursos naturais (MOTA, et al., 2008).

Por tudo isso, as áreas de mangabeiras se constituíam em espaços de domínio feminino e também pela facilidade de revezamento das mulheres entre a atividade doméstica e a extrativista, normalmente, realizada nas proximidades da casa e sem demandar longas e ininterruptas jornadas de trabalho (MOTA, 2009).

Nesse universo, lidar com a mangaba não era considerada uma atividade pública e nem geradora de renda, portanto, pertinente ao domínio das mulheres em oposição ao dos homens em que vigora o negócio, o público. Está implícito nessa concepção a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

desvalorização do trabalho extrativista que é mais considerado como atividade lúdica ou não geradora de valor (MOTA, 2009).

Ainda para a mesma autora, grande estudiosa da temática, “sob outra ótica, papéis genéricos masculinos e femininos, amparados numa polarização de qualidades “próprias” ou “adequadas” a cada um deles. Nesse caso, o pomar é considerado uma extensão da casa, portanto, domínio preferencial das mulheres que se desdobram entre as funções domésticas e extrativistas, que são consideradas leves. O extrativismo da mangaba não é considerado socialmente adequado ao elenco das atividades do denominado provedor da família que necessita de certa regularidade nos ganhos”.

5. Resultados:

Os maiores produtores de mangaba, de acordo com a tabela abaixo, são os Estados de Sergipe, Minas Gerais e Bahia, com produções respectivas de 524, 498 e 170 toneladas de mangaba no ano de 2000 (IBGE).

Tabela 1. Quantidade de mangabas em toneladas, produzidas no Brasil e em cada unidade da federação, no período de 1990 a 2000.

ANO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Brasil	972	580	541	281	305	310	1364	1279	1231	1212	1222
MA	001	001	001	002	002	002	001	000	000	000	000
PI	001	001	001	001	001	001	000	000	-	-	-
RN	030	031	029	023	027	030	031	035	031	027	027
PB	487	073	029	015	009	009	015	013	-	-	-
SE	102	093	089	083	078	083	546	514	524	517	524
BA	351	379	391	154	185	183	194	185	152	160	170
MG	001	001	001	004	003	003	572	526	519	508	498
MT	-	-	-	-	-	-	5	5	4	1	1

Fonte: IBGE – Produção Extrativa Vegetal, 2000.

O estado de Sergipe mantinha um ritmo de produção, alcançando em 1996 altos níveis de produção, os quais mantém até hoje. Percebe-se, ainda, que a Paraíba teve uma grande produção em 1990, tendo um decréscimo significativo a partir de 1991, e atualmente sua produção não é mais registrada. O estado de Minas Gerais tinha uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

produção insignificante até 1995 (3 toneladas), passando para 572 no ano seguinte. Conclui-se na tabela abaixo, que 1996 foi um marco na produção de mangaba no Brasil.

Identificou-se, nos povoados analisados do município de Barra dos Coqueiros, as seguintes características:

Povoado	Estabelecimento	Quantidade	Catadoras Envolvidas
Capoã	30 (apenas 4 visitados)	9000	250
Jatobá	3 (sendo apenas 2 visitados)	600	21
Olhos D'Água	06 (apenas 1 visitado)	3000	12

Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

O número de estabelecimentos é aproximado e resultado da média entre os relatos dos entrevistados e os dados encontrados nas bibliografias consultadas.

No Povoado Olhos D'água, o número de plantas é estimado em 3.000, e não há áreas de exploração comum. Diferentemente do povoado Jatobá, não há loteamentos e predominam os estabelecimentos de cidadãos que, geralmente, contratam caseiros para o trabalho no campo.

Em capoã, percebeu-se que as catadoras demonstram maior domínio das práticas e saberes associados a todas as fases da produção.

Os três povoados estão localizados em áreas próximas aos manguezais, isso facilita que a exploração alternada mangaba/mangue faça parte das estratégias de sobrevivência da população, reforçando a tese de que o extrativismo deve ser sempre compreendido no conjunto das atividades da população (DIEGUES, 1998; 2002).

Atualmente, essa população tradicional está sujeita, por um lado, à pressão exercida pelos proprietários das áreas remanescentes de mangabeiras que as utilizam para agricultura, turismo e construção de viveiros de camarão, atividades que dependem do corte das plantas e, por outro lado, pelo desequilíbrio ambiental que vem provocando a extinção do caranguejo nos manguezais, um dos principais componentes da dieta e da renda dessa população.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Ameaçada da expropriação de seu modo de vida, a população reage, investe na reprodução das plantas e insiste no acesso às áreas naturais de mangabeira, muitas vezes privadas, mas disponibilizadas por seus proprietários. Outras vezes, são erguidas cercas para impedir o acesso e, neste caso, as catadoras, freqüentemente desconsideram as regras impostas pelos proprietários. Nos dois casos, a coleta dos frutos é intensificada, tanto pela maior demanda de mercado quanto pela urgência em gerar uma renda que compense a indisponibilidade do caranguejo (SCHMITZ; MOTA; SILVA JÚNIOR; 2009).

Para Mota e Santos (2008), existem diferentes formas de acesso às mangabeiras, conforme observado em outras áreas do Nordeste. Tais formas, segundas as autoras, são:

1) Algumas famílias vivem nas grandes propriedades:

onde um dos seus membros exerce a função de caseiro e, como tal, exercita o sistema de “meia” com o proprietário, competindo ao primeiro a colheita e a venda. A renda total é dividida entre o catador e o proprietário da área. Nesse sistema o catador de mangaba é o responsável desde a colheita até a comercialização, dividindo o lucro com o dono da propriedade.

2) Existem aqueles que colhem a mangaba em terrenos de terceiros (abandonados) ou em terras públicas:

a exemplo das áreas do Porto de Sergipe e da CODISE – Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (situados no povoado Jatobá) e do sítio Filizola, que é uma propriedade particular em que o proprietário não aparece há muito tempo e é considerada por muitos como uma área abandonada.

3) Outros colhem mangaba no seu próprio terreno:

e os mantêm cercados para evitar a entrada de terceiros o que influencia para que, cada vez mais, diminuam as áreas de acesso comum nessa região. O que tem diferenciado as duas últimas formas de acesso em se tratando da melhor/pior conservação dos recursos, seriam os tratamentos culturais dados às plantas nas áreas privadas e que consistem na limpeza da área (retirada do mato e muitas vezes da serrapilheira) ao redor da planta, e na retirada de galhos secos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

4) Algumas pessoas invadem as propriedades particulares cercadas e colhem o fruto, da mesma forma como observado em outras áreas de Sergipe (Mota; et al., 2003a). Essas invasões acabam ocasionando rivalidades e até mesmo conflitos.

5) Há, também, os que catam mangaba e ganham pelo dia de trabalho. Esse comportamento foi observado numa localidade denominada Rio Morto, que fica entre os povoados Capoã e Jatobá.

Comparando as diferentes formas de acesso, as mais prejudiciais à conservação dos remanescentes são as áreas de livre acesso, onde o extrativismo é intenso, as plantas não são cuidadas, ficando expostas a agressões, especialmente, no período de safra, quando são retirados frutos verdes e os galhos são quebrados. Mesmo nessas áreas, a intensificação das colheitas acaba gerando discussões, pois há compreensões diferentes quanto aos procedimentos a serem utilizados no extrativismo. Para alguns, o uso intensivo dessas áreas não tem prejudicado a produção e, para outros, as conseqüências são visíveis e têm prejudicado enormemente à conservação, compreensão que é reforçada pela literatura recente para outras áreas do Nordeste (Mota e Silva Júnior, 2005).

6. Considerações Finais

Conclui-se que a territorialidade constituída no tensionamento entre a identidade de resistência e a alteridade de sua condição de catadoras, enquanto mulheres pertencentes a um segmento cuja atividade encontra-se fortemente constrangida nos territórios analisados aponta para intrincada teia relacional e de significados que enveredam entre *o ethos discursivo das mesmas, sobretudo das mais idosas catadoras* como pertencimento e as condições objetivas de manutenção desse segmento vivenciadas pelas catadoras mais jovens, pressionadas entre a sobrevivência e a possibilidade, cada vez mais remota, de coexistência ante condições desfavoráveis à continuidade desta forma de exploração da mangaba como recurso de uso comum.

Por ser a mangabeira hoje, uma das mais importantes produtoras de matéria-prima para a indústria de sucos e sorvetes do Nordeste e Centro-Oeste, por ser o Estado



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de Sergipe o maior produtor no Brasil, pelo aumento do valor agregado à mangaba nos últimos anos (polpas, sorvetes etc.), e pela intensificação da prática do seu extrativismo em diversas áreas do Estado de Sergipe, entre outros, faz-se necessária a geração de conhecimentos que fundamentem o cultivo e a permanência da *Hancornia speciosa* em Sergipe.

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. **As reservas extrativistas e as populações tradicionais.** (Entrevista do mês, 10/11/2000). Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>>. Acesso em: 14 Setembro 2004.

CASTELLS, M. **O poder da identidade: a era da informação – economia, sociedade e cultura.** vol. 2. Trad. Alexandra Lemos e Rita Espanha. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian. 2003.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (orgs.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente.** Belém: Cejup, 1997. p. 263-283.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DIEGUES, A. C. S. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da mata atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (Org.). **Sustentável mata atlântica.** São Paulo: Senac, 2001. p. 135-158.

FEENY, D. et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Tradução André de Castro C. Moreira. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001. p. 17-42. (Original: 1990).

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: *Mitos, emblemas e sinais.* São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** 2. ed. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, p. 1244-1248, 1968.

HOMMA, A. K. O. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica.** Belém: Embrapa-CPATU, 1990. 38 p. (Documentos 53).

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades.**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Brasília: Embrapa-SPI, 1993. 202 p.

MERMET, L. **Stratégies pour la gestion de l'environnement**: la nature comme jeu de société? Paris: Éditions L'Harmattan, 1992. 207 p.

MOTA, D. M.; SANTOS, J. V. Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações extrativistas em Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. *Acta Sci. Human Soc. Sci. Maringá*, v. 30, n. 2, p. 173-180. 2008.

MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F. Populações tradicionais e formas coletivas de gestão e preservação dos remanescentes de mangabeiras no litoral sergipano. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005. (Relatório de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq).

MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da; GOMES, J. B. V. Lógicas de reprodução social de uma população tradicional de catadores de mangaba no litoral sul sergipano. In: **Anais do Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003b. CD-ROM

Mota, Dalva Maria da; SANTOS, Jane Velma dos. Uso e Conservação dos remanescentes de mangabeira por populações extrativistas em Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 30, p. 173-180, 2008.

MOTA, D. M. da.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Populações Tradicionais e Formas Coletivas de Gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. In: **Raízes: Revista de Ciências sociais e econômicas**. Campina Grande: UFCG. V.22, n.2, p.225-233, jul./dez. 2003a.

MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; SCHMITZ, H. Os catadores de mangaba e a conservação da biodiversidade no território Sul sergipano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

MOTTA, D. M. et al. Disputas pelo acesso aos recursos naturais: o dilema das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)**, 33, Caxambu, 2009.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. O extrativismo em tempos de globalização. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: SBS, 2007.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990. 280 p.

RÊGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, v. 147, março 1999. Disponível em:<<http://cienciahoje.uol.com.br/view/349>>. Acesso em: 21 Novembro 2006.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

SANTOS, J. V.; et al. A construção de indicadores para uma avaliação do extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa Gomes*) em Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 4., 2006, Belo Horizonte. Anais ... Belo Horizonte: Emater, 2006. p. 1-4.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR., J. F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.12, n.2., p.273-292, jul.-dez. 2009.